

**40º Encontro Nacional da ANPOCS**

**ST 2 – A literatura na perspectiva das  
Ciências Sociais**

**Da literatura à crítica social e vice-  
versa: o ensaísmo dialético de  
Roberto Schwarz**

**Fabio Mascaro Querido<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela UNICAMP, com estagio doutoral na EHESS (Paris). Autor do livro *Michael Löwy: marxismo e crítica da modernidade* (São Paulo: Boitempo/Fapesp, 2016). Atualmente é pós-doutorando em Ciência Política na USP.

## Introdução

À beira das oito décadas de vida, Roberto Schwarz constitui uma das figuras mais destacadas no cenário intelectual brasileiro dos últimos cinquenta anos, período em que se consolidou como um dos mais argutos críticos literário e cultural do país, tornando-se internacionalmente reconhecido exatamente *em função* de sua atenção à particularidade da nação periférica, e não *a despeito* dela. Como se buscará argumentar neste trabalho, a originalidade de Schwarz vincula-se estreitamente à singularidade de sua trajetória intelectual: formado sob os auspícios da radicalização marxista da *escola sociológica paulista*, na USP da Rua Maria Antônia, no final dos anos 1950, ele não tardou a migrar – inspirando-se no que fizera Antônio Candido – para a teoria literária, área na qual realizaria o mestrado (nos EUA) e o doutorado (na França), e em que se estabeleceria como docente/pesquisador – na USP, entre 1963 e 1968, e na UNICAMP, após a volta do exílio parisiense, em 1978, até aposentar-se em 1992.

À luz dessa hipótese, o objetivo do trabalho ora proposto ao ST2 – *A literatura na perspectiva das Ciências Sociais* é analisar a forma mediante a qual Schwarz articula, especialmente em sua obra elaborada a partir da segunda metade da década de 1970, crítica literária e reflexão social, numa reversão permanente entre a apreensão da literatura na perspectiva do “sociólogo” *outsider*, discípulo inventivo das elaborações estético-materialistas dos “marxistas ocidentais”, e a depuração da “sociologia” por parte do crítico literário que resiste à abordagem puramente “externalista” e determinista da obra, almejando, antes, compreendê-la como “formalização” específica de uma matéria histórica particular, para cuja visualização se faz necessária uma *crítica imanente* – tão-somente esta poderia apreender aspectos da realidade que apenas a arte/literatura revela.

Almeja-se, em outras palavras, analisar como Schwarz constituiu em sua trajetória e em sua obra essa “tensão” entre o “sociólogo” que, com aspas, ele nunca deixou de ser, e o crítico literário marxista *heterodoxo*, herdeiro da dialética negativa adorniana, que ele finalmente se tornou. Ou ainda: como o crítico/sociólogo articulou – através da noção adorniana de “forma objetiva”, que torna possível a apreensão dialeticamente simultânea das dimensões estética e extra-estética – matéria e discurso literário, de um lado, e matéria e discurso histórico-social, de outro. A fim de perseguir o objetivo acima exposto, buscar-se-á examinar o desenvolvimento da obra de Schwarz do ponto de vista da evolução (em

suas continuidades e descontinuidades) de sua reflexão em torno dessa reversibilidade entre análise social e literária, a qual se apresenta em toda a sua plenitude em seus estudos sobre Machado de Assis e, através dele, sobre as origens da modernização à brasileira, no século XIX. Em seus trabalhos sobre Machado, sob inspiração do método implícito na noção adorniana de “forma objetiva”, Roberto Schwarz esboçou uma das mais profícuas críticas do liberalismo (e das classes dominantes) brasileiro, no contexto de um desenvolvimento capitalista que, embora escandalosamente desigual e idealmente contraditório com a doutrina liberal, era legitimado por seus representantes no país, muito mais preocupados com seus interesses do que com a adequação real aos preceitos ideologicamente propagados.

Acredita-se que, em suas análises dos romances machadianos, Schwarz expõe os principais contornos de sua interpretação original da história brasileira, reatando, em outro patamar, com a tradição ensaística do pensamento social no país. Nesses estudos, a “reversibilidade” mencionada entre matéria literária e histórico-social ganha sua máxima densidade interpretativa, motivando até mesmo a escolha e percepção inicial da validade do “objeto”: foi a própria ditadura, com sua modernização autoritária, a qual arrancava da esquerda a hegemonia do discurso desenvolvimentista, que revelou ao jovem intelectual a possibilidade (e a necessidade) de uma outra leitura da obra de Machado de Assis – conforme sugere no prefácio à reedição, em 2014, de sua peça de teatro brechtiano-machadiana *A lata de lixo da história*, originalmente escrita em 1968. Para Schwarz, as elites do pós-64, com seu festival de desfaçatez entre modernização, truculência e provincianismo, “ensinava a reconhecer aspectos até então recalcados da ironia machadiana”, quer dizer, ajudava a perceber a sua capacidade de estilizar esteticamente a dinâmica entre patética e trágica das classes dominantes locais, a qual – malgrado as transformações históricas inegáveis – mantinha (e ainda mantém, aliás) o essencial de sua lógica de funcionamento.

### **Entre sociologia, crítica literária e marxismo**

Filho de pais austríacos, nascido em Viena em 1938, o jovem Roberto Schwarz optou, no início da segunda metade dos anos 1950, já instalado em São Paulo com a família, pelo curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

(FFCL) da Universidade de São Paulo, então sediada na rua Maria Antônia, na região central da cidade. Pertencendo à primeira geração de imigrantes a se beneficiar da expansão do ensino superior brasileiro, Schwarz inscreve-se, em grande medida, no que Antonio Cândido chamou de “pensamento radical de classe média”, o qual teria se cristalizado exatamente nas décadas de 1940 e 1950 em alguns setores da incipiente universidade (Cf. Candido, 1974).

Na sua juventude brasileira, Schwarz vivenciou o auge do ciclo nacional-desenvolvimentista, caracterizado pela “hegemonia cultural da esquerda” que, mais tarde - conforme argumentou no conhecido artigo “Cultura e Política: 1964-1969”, redigido no exílio francês (1970) -, sobreviveria aos primeiros anos da ditadura militar, sendo defenestrada a partir do final de 1968, após a promulgação do AI-5. Retomada pela esquerda, no contexto da aposta nas virtudes potenciais da modernização, a questão nacional (transmutada no “nacional-popular”) se transformou nesse período no eixo das suas mais diversas manifestações artísticas e/ou culturais, as quais, juntas, compuseram o que Marcelo Ridenti denominou “brasilidade revolucionária”, verdadeira “estrutura de sentimento” (Raymond Williams) assentada a um só tempo na rememoração das “raízes populares nacionais” e na busca por uma via alternativa da modernização “que, ao final do processo, poderia romper as fronteiras do capitalismo” (Ridenti, 2010, p.89).

Como observa Ridenti, os expoentes desta estrutura de sentimento pertenciam, em grande medida, aos novos setores sociais que adentraram no campo intelectual, dentre os quais exatamente os descendentes de imigrantes como Schwarz. Formada sob a vigência da Constituição de 1946 – interrompida em 1964 -, essa nova geração intelectual se deparou em sua juventude com um clima democrático e, com o risco de forçar a mão, de relativo otimismo, “apesar da Guerra Fria e das desigualdades sociais seculares da sociedade brasileira, com as quais se esperava romper por intermédio do desenvolvimento, fosse ele desencadeado por um capitalismo de massas ou – no limite – realizado numa sociedade socialista” (Ridenti, 2010, p.116). Ora, mesmo que Schwarz tenha quase sempre abordado de modo crítico as esperanças (ou ilusões) associadas ao nacional-desenvolvimentismo e/ou ao nacional-popular, e até mesmo por isso, as marcas desse debate formativo estarão presentes, como termo comparativo ou pano de fundo, em toda a sua reflexão intelectual posterior.

Nos últimos do curso de graduação, Schwarz participou, ao lado de outros alunos (Michael Löwy e Paul Singer, notadamente) do chamado “Seminário d’O Capital”, comandado por José Artur Gianotti e também frequentado por Fernando Novais, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, estes dois últimos professores-assistentes vinculados à cadeira I de Sociologia, dirigida por Florestan Fernandes<sup>2</sup>. Ainda que periférica, a participação nos debates do seminário - que se propuseram a reler por fora do marxismo então dominante, mas com os olhos igualmente voltados à realidade brasileira – forneceu a Schwarz as referências básicas de uma matriz teórica que, nos anos ou décadas subsequentes, responsabilizou-se por uma forma específica de reflexão sobre o processo de “formação” da sociedade brasileira, em tensão permanente com o ideário nacional-desenvolvimentista.

Simultaneamente, impelido pela rejeição à perspectiva científica de Florestan Fernandes, Schwarz aproximou-se da figura de Antonio Candido, que já havia migrado para a faculdade de letras, e com quem já começara a colaborar, contribuindo com ensaios críticos para o suplemento literário do jornal *O Estado de SP*, suplemento dirigido pelo mestre. É Candido quem estimula o jovem estudante – que, em 1959, publicara pela editora *Massao Ohno* o livro de Poesias *Pássaro na Gaveta* - a cursar o mestrado em teoria literária no exterior, após o qual ele poderia trabalhar como seu professor-assistente. Almejando inicialmente estudar com Adorno na Alemanha, o jovem recém-formado em ciências sociais acabou indo para os Estados Unidos - em função das opções de bolsa de estudo - cursar o mestrado em literatura comparada na Universidade de Yale (um dos lócus do *new-criticism*), sob orientação de René Wellek, finalizando-o em 1963. De volta ao Brasil, lecionou teoria literária na USP até 1968, quando – assim como inúmeros outros professores – teve que abandonar a faculdade e, no ano seguinte, o país, exilando-se primeiro no Uruguai, e depois em Paris, onde cursaria o doutorado ao longo da primeira metade da década<sup>3</sup>. Essa “passagem” da sociologia à crítica literária, sem voltar as costas

---

<sup>2</sup> A decisão de não convidar Florestan Fernandes para as reuniões do grupo decorria acima de tudo da tentativa de galgar certa autonomia e folego próprio diante da figura proeminente e dominante na FFCL-USP de então. Como diz Gianotti (2009, p.63): “ou era o Florestan, ou era a gente”, mesmo porque este “só participava de um jogo se fosse o capitão, e nós necessitávamos de espaço”. Acrescenta-se a isso o processo de radicalização intelectual e política pelo qual muitos desses jovens professores estavam passando, o que os estimulava a tomar as devidas distâncias em relação ao mestre que, no mais, permanecia sendo a referência acadêmica e/ou científica insubstituível.

<sup>3</sup> Por volta de 1963, vale salientar, Roberto Schwarz animou uma nova versão, por assim dizer mais antenada à politização da época, do *seminário Marx*, com membros da então jovem geração como Ruy Fausto, Paul Singer, Sérgio Ferro, Lourdes Sola, Célia Quirino, Emir Sader, João Quartim de Moraes, Albertina Costa,

à primeira, com a qual jamais deixaria de dialogar e nela se inspirar, constitui um momento decisivo na trajetória de Schwarz, uma vez que redefiniu o campo de possibilidades institucionais e acadêmicas no interior do qual ele se situaria.

Em conhecida conferência (“Crítica e sociologia – tentativa de esclarecimento”) proferida em julho de 1961 no II Congresso de Crítica e História Literária, realizado em Assis, do qual Schwarz participou, Antonio Candido – reatando com alguns de seus textos anteriores<sup>4</sup> - delimitou as diferenças substantivas entre a “crítica sociológica” ou “sociologia da literatura” e o que ele entendia por “crítica”, sem mais: enquanto a primeira se concentra e se contenta com a busca dos condicionantes sociais “externos” representados na obra literária, a segunda almeja visualizar na própria obra, mediante a “crítica imanente”, os elementos histórico-sociais “formalizados” na estrutura literária, compreendendo-os “como fator da própria construção artística, estudado no nível explicativo e não ilustrativo”. Assim sendo, “o *externo* se torna *interno* e a crítica deixa de ser sociológica, para ser apenas crítica” (Candido, 2000, p.8). Tal concepção do sentido e do papel da “crítica” estará no centro do dispositivo intelectual de Roberto Schwarz, sendo ulteriormente associada à noção adorniana de “forma”, ela também interessada na compreensão simultânea das dimensões estética e extra-estética, respeitando-se a autonomia relativa da primeira, assim como as mediações complexas da relação desta com a segunda, as quais cabe ao crítico elucidar<sup>5</sup>.

---

Claudio Vouga, Emília Viotti, Francisco Weffort, Paulo Sandroni e Beth Milan. Em 1968, esteve à frente da criação da revista *Teoria e Prática*, que durou apenas 3 números, em razão do recrudescimento da repressão. Nesse período, entre 1963 e 1968/9, além de continuar contribuindo para o suplemento literário d’ *O Estado de São Paulo*, Schwarz publicou três artigos/resenhas na revista *Civilização Brasileira*, liderada por Ênio Silveira.

<sup>4</sup> Já na sua tese de livre-docência, *O método crítico de Sílvio Romero*, de 1945 - tomada por ele mesmo como “ponto de partida das posições críticas a que cheguei” -, Candido começou a definir os termos da sua “crítica integrativa”, a qual contrapunha à “posição parcial” e às limitações do “ponto de vista sociológico”.

<sup>5</sup> Não por acaso, ao comentar a obra do seu “velho amigo” Michael Löwy (os dois se conheceram ainda na adolescência e cursaram juntos a graduação em Ciências Sociais), Schwarz apontou o que considerava um “desdém pelas questões de forma” nos trabalhos löwyanos de “sociologia da literatura” ou da “cultura”, metodologicamente inspirados em Goldmann. A comparação entre as trajetórias intelectuais de ambos permite visualizar algumas das clivagens entre o “crítico” (Schwarz) que deu prosseguimento à agenda temática do “seminário d’ *O capital*” (voltada para a compreensão do capitalismo periférico) e o “sociólogo” (Löwy) que se radicou na França, onde se tornou figura de destaque na esquerda intelectual e política. Sobre a obra e o percurso intelectual de Löwy, tomo a liberdade de mencionar o livro: Fabio Mascaro Querido, *Michael Löwy: marxismo e crítica da modernidade*. São Paulo: Boitempo/Fapesp, 2016, esp. o capítulo “Uma trajetória indisciplinada: a formação intelectual de Michael Löwy”; sobre a questão do desdém pela “forma”, cf. p.134.

Não é difícil perceber, assim, que por trás dessa diferenciação teórica em relação à “sociologia” em geral encontrava-se na verdade a tentativa de Candido - seguida por Schwarz - de distinguir a sua “crítica integrativa” da forma de sociologia (“cientificista”) produzida na USP de então, capitaneada por seu ex-aluno e, depois, colega de docência, Florestan Fernandes, conforme bem observou Leopoldo Waizbort (2007, p.113, 114). É a situação do campo acadêmico e/ou intelectual da época, portanto, que explicaria a noção restrita de sociologia (identificada à versão “cientificista” à Florestan) com a qual operava Candido, tomando-a como parâmetro “negativo” de comparação, a fim de estabelecer as bases de sua própria concepção da “crítica”, por ele “institucionalizada” com a criação da cadeira de “Teoria literária e literatura comparada” na USP, na virada para os anos 1960<sup>6</sup>.

Em Schwarz, a opção pela “crítica”, entendendo-a na sua feição dialética, resultava a bem dizer da busca por outra forma de revelação da realidade social, interessada não apenas no ato cognitivo em si, senão também na maneira específica em que este é “comunicado”, isto é, escrito, como o demonstraria sua redação repleta de “torções” dialéticas (Cf. Sussekind, 1988). Tal preocupação com a “forma” da escrita, razão de ser da verve ensaística que seria por ele adotada, naturalmente distanciava Schwarz do modelo científico apregoado por Florestan e seguido mesmo por seus brilhantes discípulos, a despeito da inflexão política e intelectual destes últimos a partir do final dos anos 1960<sup>7</sup>. Embora a ela não se restrinja, o ensaio carrega algo de uma construção artística, fundado na consciência (própria da arte moderna, aliás, subsequente à chamada “crise de representação”) de que a expressão da linguagem não é neutra, e tampouco decorre mecanicamente do conteúdo ilustrado, demandando portanto esforço particular.

Na ótica do jovem Schwarz, e daí a sua distância crítica, o jargão científico propagado por Florestan Fernandes, ao ponto de seus textos se tornarem “desnecessariamente inacessíveis”, em ruptura deliberada com a “linguagem corrente”,

---

<sup>6</sup> A despeito deste engajamento pela institucionalização da teoria literária na universidade, Candido jamais perdeu a marca do “crítico” no sentido “extra-acadêmico”, conforme se observa, por exemplo, na sua participação ativa no chamado *grupo Clima*, em referência à revista de mesmo nome. Cf. Heloisa Pontes (1998), *Destinos Mistos. Os Críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940 – 1968)*. Essa referência, ao lado daquela de Anatol Rosenfeld, será evidentemente decisiva para a formatação, pelo jovem Schwarz, de uma modalidade específica de crítica cultural dialética e de engajamento intelectual. Cf. Alambert (1998).

<sup>7</sup> Para Leopoldo Waizbort (2002, p.169, 170; 2007, p.113), tanto Candido quanto Schwarz ainda assim praticam – desde que tomada em sentido amplo – “sociologia” (da literatura e/ou da cultura): por certo uma sociologia heterodoxa e estrangeira aos modelos “tradicionais” da disciplina incorporados pela *doxa* liderada por Florestan, mas de todo modo uma forma de sociologia.

impregnava a atividade intelectual não apenas do departamento de ciências sociais da FFCL-USP (“exceção feita ao Antonio Candido, evidentemente”), mas também dos próprios membros do seminário (Cf. Schwarz, 2009, p.231). Haveria em ambos os casos (sociologia/seminário) uma certa indiferença em relação ao “valor de conhecimento da arte moderna, incluída a brasileira”, algo que, conforme diria Schwarz décadas mais tarde, em mirada retrospectiva, acabou por limitar – por falta de “acabamento literário” – as “próprias intuições sociológicas” implícitas nos projetos intelectuais dos autores (Schwarz, 1999, p.104 e 2009, p.231 respectivamente). Daí, para Schwarz, a inegável inferioridade dos trabalhos ali produzidos, enquanto *obras* – malgrado a maneira original de interpretar o Brasil que professavam -, em relação aos “clássicos” do pensamento social e político brasileiro como Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda ou Gilberto Freyre, ou seja, exatamente os ensaístas pré-institucionalização das ciências sociais com os quais Florestan almejava romper, a fim de estabelecer as condições para a profissionalização científica da disciplina.

### **Ensaio como forma: modernização e liberalismo à brasileira revisitados**

Em sua trajetória intelectual, Schwarz buscou ele mesmo, ao que parece, escapar ao que via como impasses da – no mais – original reflexão social sobre o Brasil gestada pelos discípulos de Florestan partícipes do *seminário d’O Capital*, imbuídos de um marxismo rigoroso e não-doutrinário. Em alguma medida, a transição para a crítica literária/cultural, a qual lhe permitia adotar o “ensaio como forma”, significava para Schwarz uma maneira de superar os limites “sociologistas”, por assim dizer, de Florestan e dos seus discípulos membros do *seminário d’O Capital*, elaborando - sob inspiração de Candido, mas com uma tonalidade particular, tingida pela reflexão estética/cultural dos “marxistas ocidentais” – uma perspectiva singular por meio da qual repensou a influência dos estudos da vertente marxista da *escola paulista de sociologia*, especialmente os de Fernando Henrique Cardoso<sup>8</sup>. Ao mesmo tempo, cimentou um caminho por onde lograria, na contramão do “desprezo” acadêmico de seus mestres, tornar-se um dos mais finos

---

<sup>8</sup> Não por acaso, vários dos traços que, para Élide Rugai Bastos, caracterizam a forma de pensamento social decorrente da “escola sociológica paulista” – a tensão entre periferia e centro, atraso e moderno, passado e presente - encontram-se presentes, de um modo evidentemente singular, na obra de Schwarz. Em alguma medida, Schwarz constitui um dos herdeiros do que a autora chama de “pensamento social da escola sociológica paulista”. Cf. Bastos, 2002.



observadores críticos das vitalidades (e dos limites, bem entendido) da arte e da cultura “modernas” no Brasil.

Desde seus primeiros trabalhos, reunidos no livro *A sereia e o desconfiado* (1965), Schwarz revelou a verve ensaística - própria de um “crítico”, no sentido forte, da literatura e da cultura nacionais – que guiaria sua tentativa de articular na sua própria reflexão a inovação conteudística e conceitual dos seus colegas de seminário e o acabamento formal e/ou “literário” por ele reputado como necessário para estar à altura do complexo desafio de se pensar as singularidades (e não as particularidades irredutíveis) de um país da periferia do sistema como o Brasil. Nas décadas seguintes, foi por meio da perspectiva ensaística, que impõe a necessidade de uma “autoconsciência dialética”<sup>9</sup>, em oposição às prisões conceituais implicadas em vários modelos sociológicos (inclusive em sua versão marxista ou marxizante), que Schwarz elaborou uma das mais originais análises sociais do processo de modernização e de formação nacional à brasileira. Em especial após a realização do seu doutorado sobre Machado de Assis na Universidade Paris III (1976), sob orientação de Raymond Cantel, publicado no ano seguinte com o título *Ao vencedor as batatas. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*, e também escrito na forma ensaística, Roberto Schwarz foi responsável por uma das mais importantes reflexões intelectuais sobre o processo de “má-formação nacional”, opondo-se – de forma ainda mais profunda do que os seus colegas sociólogos do seminário - tanto ao nacionalismo estreito dos defensores da “originalidade” irredutível do país, quanto ao universalismo abstrato, que transplanta mecanicamente para a periferia modelos de desenvolvimento histórico filtrados de outras realidades nacionais.

Inspirando-se nos trabalhos sociológicos de Fernando Henrique Cardoso e de Maria Sylvia de Carvalho Franco - *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional e Homens*

---

<sup>9</sup> “Na sua própria estrutura, o pensamento dialético é autoconsciência, podendo ser descrito como a tentativa de pensar sobre um dado, em um nível, e simultaneamente observar nossos próprios processos de pensamento quando assim o fazemos” (Jameson, 1985, p.260). Seria interessante comparar as leituras de Adorno – no que se refere à noção de crítica dialética – realizadas por Jameson e por Schwarz, o que permitiria avaliar em que medida as formulações do segundo se diferenciam das do primeiro por seu enraizamento histórico na periferia do sistema, permitindo-lhe escapar dos arroubos abstratos e generalizantes do primeiro. Cf. Larsen (2007) e López (2007). A propósito da concepção jamesoniana da crítica, ver: Marxismo e Forma, especialmente a seção “Rumo à crítica dialética” (1985, pp.235-316), e “A interpretação: a literatura como ato socialmente simbólico”, in: O inconsciente político (1992, pp.15-103). Além, é claro, no que diz respeito especificamente a Adorno, d’O marxismo tardio (1997).

*livres na ordem escravocrata*, respectivamente<sup>10</sup> -, Schwarz reconstituiu a realidade histórico-social e política do Brasil do século XIX a fim de demonstrar o quanto, no Brasil, a vigência parcial e intralites da norma burguesa (parâmetro inescapável em função da inserção do país na ordem capitalista internacional) não era contraditória com a continuidade do complexo socioeconômico escravista, servindo, ao contrário, como fonte de legitimação “moderna” da reprodução da barbárie colonial, malgrado o fato desta contradizer as intenções doutrinárias daquela. O caso brasileiro, tanto quanto o de muitos outros países oriundos da colonização, revelava que o progresso repunha, ao invés de superar, as relações sociais oriundas da colônia, no âmbito da dinâmica abrangente do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo global. Assim, ao mesmo tempo em que havia “progresso”, este jamais poderia seguir as mesmas etapas pelas quais passaram alguns dos países europeus, e tampouco garantiria por si só a integração social desejada.

Aos olhos de Schwarz, e este era o eixo do seu interesse, tal situação histórica particular impactava o rarefeito mundo das ideias no país, em especial nas suas versões dominantes: assim como o capitalismo, que conviveu muito bem com a escravidão, o liberalismo pátrio do século XIX se adaptou a uma realidade em que imperavam relações sociais e mesmo institucionais “não-modernas”, baseadas antes no *favor* e na exploração do trabalho escravo do que na igualdade formal exigida pela doutrina original - uma realidade, enfim, na qual “o progresso é uma desgraça e o atraso uma vergonha” (Schwarz, 2000, p.28) . Essa adaptação não deixaria, porém, de deixar suas marcas, uma vez que provocava o esvaziamento do conteúdo potencialmente crítico das Luzes (ou da “norma liberal-burguesa”), a fim de torna-la compatível com uma realidade que, à primeira e última vista, a desmentia.

Não por acaso, o primeiro capítulo da tese sobre Machado (1976) é constituído pelo clássico “As ideias fora do lugar” - texto que acabou ganhando vida própria, tendo sido

---

<sup>10</sup> Roberto Schwarz articulava, assim, à revelia das rivalidades intelectuais e/ou acadêmicas, trabalhos que, embora constituídos no interior da sociologia uspiana, revelavam diferenças importantes na caracterização da formação social brasileira no século XIX – através da análise, bem entendido, de regiões distintas do país. O próprio Schwarz (1999, p.97), aliás, minimizando essas diferenças, insere o trabalho de Maria Sylvia no âmbito das “contribuições do seminário [d’O Capital]”, uma vez que “respira o seu mesmo clima crítico, ideológico e bibliográfico”. Assim, “passando por alto as diferenças, há complementaridade de fundo com *Capitalismo e escravidão*”. Sobre as afinidades e diferenças entre Maria Sylvia e os demais representantes da “sociologia paulista”, cf. Botelho (2013).

publicado em 1972 na revista *L'Homme et la Société* (França) e, no ano seguinte, na revista do CEBRAP –, no qual essas tensões entre a “norma” europeia-moderna e a realidade nacional são analisadas sob a ótica do sentimento de desajuste e inadequação que demarcava as condições de possibilidade da vida intelectual e cultural do país no século XIX e, sob outras condições, também no XX. A partir da aparente contradição entre o raciocínio econômico e os princípios do liberalismo e a realidade nacional determinada pelo trabalho escravo e pela lógica do favor, Schwarz destacava o funcionamento específico desses princípios no Brasil, país no qual “adotávamos sofregamente os [argumentos] que a burguesia europeia tinha elaborado contra [o] arbítrio e [a] escravidão” (Schwarz, 2000, p.17)<sup>11</sup>. É por esta razão que, por aqui, as ideias e razões europeias “podiam servir e muitas vezes serviram de justificação, nominalmente ‘objetiva’, para o momento de arbítrio que é da natureza do favor” (2000, p.18)<sup>12</sup>.

Como nem poderia deixar de ser, esse *desajuste* tornou-se o ponto de partida, como matéria e como problema, para a literatura e a vida cultural como um todo. É exatamente do ângulo destas tensões entre as singularidades do país e os esquemas romanescos gestados em solo e contexto histórico europeu (“moderno”) que Roberto Schwarz analisou, na tese realizada em Paris, a “importação do romance” em José Alencar e nos primeiros romances de Machado de Assis, revelando, nesse particular, os impasses que envolvem a apropriação dos modelos europeus (“estéticos”, no caso) e as tentativas de adaptá-lo à realidade social brasileira.

Tanto José de Alencar, com sua importação acrítica do modelo realista europeu, preenchendo-o com tipos locais, quanto o primeiro Machado, com sua racionalização e

---

<sup>11</sup> Enfatizando a dissonância entre a estrutura socioeconômica do Brasil e a dos países cujas teorias nos serviram como modelo, Schwarz aproxima-se – tal como sugere Bernardo Ricupero (2013, p.528) – do que Gildo Marçal Brandão (2007) chamou de linhagem do “idealismo orgânico” do pensamento político-social brasileiro, embora, evidentemente, dela se afaste por sua perspectiva político-intelectual.

<sup>12</sup> Para Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976, p.63), responsável pela primeira crítica ao texto schwarziano, ao postular a sobreposição entre “dois Brasis” – entre o Brasil “artificial” das ideias e da política *liberal* e o “verdadeiro”, socialmente *escravista* –, o intelectual paulista teria recaído no tipo de dualismo que buscava contestar. Aos olhos de Elías Palti (2014), os dilemas acarretados pelo dualismo entre *ideias* e *lugar* em Schwarz seriam de outra ordem, remetendo aos impasses do “essencialismo” (ou *realismo*) epistemológico e da “história das ideias” aos quais estaria circunscrito: as ideias estariam sempre desajustadas (ou não) em relação a algum *real* pré-estabelecido. Passando da análise das “ideias” para a das “linguagens”, afirma o autor, “devemos renunciar à aspiração de definir quais ideias estão ‘fora do lugar’ [...] independentemente do seu contexto de enunciação” (Palti, 2014, p.74). Para uma confrontação entre os argumentos de Schwarz e o de seus críticos (Franco, Palti, Silviano Santiago, Carlos N. Coutinho e Alfredo Bosi), ver os dois ótimos textos de Bernardo Ricupero (2008, 2013).

edificação do paternalismo, reiteraram, cada um ao seu modo, o desajuste entre modelo europeu e matéria local, reproduzindo um empecilho estético e histórico que apenas o Machado da segunda fase teria logrado superar, no momento em que transformou o deslocamento real em princípio formal, isto é, em matéria artisticamente configurada, de sorte a estilizar as complexidades de um país da periferia do capitalismo. Como sustenta Schwarz - no que seria (mas não foi), conforme o projeto original, a segunda parte da tese, publicada em livro apenas em 1990 com o sugestivo título, de contorno benjaminiano, *Um mestre na periferia do capitalismo* -, o Machado de Assis das *Memórias...* opera uma espécie de *ajustamento* entre *ideia* e *lugar* através da construção de uma *forma* à altura da heterogeneidade estrutural da *formação* social brasileira no século XIX (“liberal-escravista-patriarcal”), formação social diante da qual os esquemas europeus pareciam no mínimo insuficientes e inadequados. É como se, enfim, aproveitando-se da completude do processo de *formação* literária, Machado chegasse à *formalização* da *má-formação* nacional, tal como esta se apresentava na sua época (Cf. Ricupero, 2008).

Nas *Memórias...*, a “forma” elaborada por Machado, utilizando-se de estilos e procedimentos os mais diferentes, encontra-se centrada na figura do narrador cuja volubilidade expressa a “estilização da conduta das classes dominantes brasileiras”, entre a referência à norma e a prática do arbítrio. O narrador volúvel, Brás Cubas – que “exige figurino do *gentleman* moderno, para desmerecê-lo em seguida, e voltar a adotá-lo, configurando uma incoerência que o curso do romance vai normalizar” -, constitui assim uma “redução estrutural”, como disse Candido em sua análise das *Memórias de um sargento de milícias*, do movimento das elites locais, as quais “se queriam parte do Ocidente progressista e culto, naquela altura já francamente burguês (a norma), sem prejuízo de serem, na prática, e com igual autenticidade, membro beneficiário do último ou penúltimo grande sistema escravocrata do mesmo Ocidente (a infração)” (Schwarz, 2000b, p.42). Machado “mimetizava”, nessa linha, a articulação bem brasileira entre o *moderno* e o *atrasado*, cujas entranhas saltariam à luz por meio da figuração das elites, “tipo representativo” do “progresso” à brasileira.

Antenado em relação às tendências literárias e filosóficas da *atualidade* internacional (leia-se: europeia), assim como à prosa francesa e inglesa setecentista, Machado as retomou no contexto das relações sociais brasileiras, formando um quadro bem diferente daquele que assistimos, por exemplo, no realismo tal qual teorizado por

Lukács: o “realismo” machadiano decorreria não da apresentação da “dinâmica de conjunto” que move as “tendências sociais”, mas sim da própria dinâmica narrativa, fundada na preponderância do princípio formal (a volubilidade do narrador) como elemento mediador à figuração efetivamente “realista” do estatuto particular da sociedade brasileira pós-Independência. Com a “escrita vertiginosa” de Brás Cubas, a qual destoa da fábula realista, o foco da mimese “se desloca do narrado para o ritmo específico do narrador” (Schwarz, 2000b, p.203), revelando preocupações com a lógica própria do narrador “pós-realista” que remetem a Benjamin (“O narrador”) e Adorno (“Posição do narrador no romance contemporâneo”) mais do que a Lukács (“Narrar ou descrever”).

Esta a “forma latente” (e não “ostensiva”) que se perfilaria no romance machadiano, cuja heterogeneidade ou mesmo desequilíbrio – do ponto de vista do cânone europeu - estilístico e/ou estético “trazia para o plano da forma uma tensão histórica existente” (Schwarz, 2000b, p.191), fazendo com que estas inconsistências sociais migrassem para dentro da obra literária<sup>13</sup>. Em uma palavra, diz Schwarz: “o desajuste estrutural das *Memórias* reproduzia contradições objetivas” (2000b, p.192), mesmo porque, como afirmou Adorno na sua *Teoria Estética*, “a parte subjetiva na obra de arte é em si mesma um fragmento de objetividade” (Adorno, 1982, p.56).

No ambiente periférico, e posterior à virada europeia de 1848 - quando a burguesia é obrigada a assumir seu particularismo histórico, minando as condições gerais de possibilidade do realismo lukacsiano -, Machado só conseguiu “escrever um romance realista” porque não hesitou em se aproveitar de “soluções literárias antirrealistas” (Schwarz, 2000b, p.208), atinando com uma preocupação com a objetividade da forma em si que o colocava em linha com a literatura “pós-realista” e/ou “pós-naturalista” europeia, mais profícua à estilização do feitiço particular do nosso “eterno retorno do mesmo”<sup>14</sup>. Daí

---

<sup>13</sup> “Difícilmente se poderia fazer ou produzir algo nas obras de arte que não tenha o seu modelo, por *latente* que seja, na produção social. A força obrigatória das obras de arte, para além do recinto da sua imanência, funda-se nesta afinidade” (Adorno, 1982, p.265 – grifos meus).

<sup>14</sup> Os estudos de Lukács sobre o romance realista estão presentes em Schwarz mais como “termo diferencial” (em relação ao que seria um realismo à brasileira) do que como “norma” e/ou prescrição analítica. Cf., por exemplo, a curiosa entrevista que ele deu a Eva Corredor (ela sim propriamente lukacsiana!), em 1994, publicada em 2002 na revista *Literatura e Sociedade* (esp. p.18, 20, 21, 23, 24, 27, 28, 32, 33, 34, 36). Mesmo Leopoldo Waizbort (2002), que ressalta a importância do esquema lukacsiano em *Ao vencedor, as batatas*, assim o faz destacando a contribuição de Schwarz no âmbito dos “realismos”, no plural, entendidos - em chave auerbachiana - como “modos de exposições da realidade”, sem prescrição formal fixa: o realismo peculiar de Machado apreendido por Schwarz seria assim apenas uma das modalidades possíveis de realismo. Na realidade, é possível verificar em Schwarz uma espécie de distanciamento progressivo da orientação lukacsiana (decisiva, por exemplo, nos seus primeiros ensaios, reunidos em *A sereia e o desconfiado*),

a sua afinidade indiscreta, defendida por Schwarz, com uma figura como Baudelaire (ou de um Baudelaire desvelado à luz de Benjamin, e, tão importante quanto, de Dolf Oehler<sup>15</sup>), ambos, Machado e o poeta francês, se travestindo da figura do opressor apenas para melhor desmascará-lo, num movimento “perverso” elaborado à medida pelo escritor brasileiro para “deixa-lo mal, documentando com exemplos na primeira pessoa do singular as mais graves acusações que os dependentes lhe pudessem fazer, seja do ângulo tradicional da obrigação paternalista, seja do ângulo moderno da norma burguesa” (Schwarz, 2000b, p.227, 228).

Um tal quadro crítico da formação social brasileira, transformado em matéria literária, facultava ao crítico uma via de acesso imprevista à compreensão da modernidade (ou da modernização) à brasileira, configurando-se entre outras coisas numa contribuição local à análise crítica do liberalismo e sua articulação com os particularismos históricos os mais diversos, na periferia mas também no centro do sistema.

### **Os impasses da (teoria da) modernização**

De volta ao Brasil no final dos anos 1970, mesma época em que publicou a coletânea *O pai de família e outros estudos* (1978), Schwarz pôde ratificar a constatação – já esboçada - de que, ao contrário da “previsão dos progressistas”, ao golpe de 1964 se seguiu um intenso surto industrial, sem que, porém, fossem minimamente cumpridas as promessas integradoras e civilizatórias a que se acostumava associar o progresso econômico, ou seja, sem que fosse sequer esboçada a superação do travejamento social “arcaico” herdado do complexo colonial, ou a ruptura com o imperialismo, por exemplo.

A ditadura atualizava, assim, em outro patamar, a faceta truculenta da modernização e das elites brasileiras, reativando a vigência do “diagnóstico” machadiano<sup>16</sup>, o que apenas comprovaria o alto valor cognitivo da literatura em um país

---

distanciamento este inversamente proporcional à centralidade assumida pela concepção adorniana da forma objetiva.

<sup>15</sup> As afinidades entre Schwarz/Machado e Benjamin/Baudelaire vão muito além da inspiração do título do livro *Um mestre na periferia do capitalismo*. Trata-se de uma “constelação” mais profunda, que remete à apreensão da relação entre passado e presente nas modernidades do centro (França) e da periferia (Brasil) do sistema. Cf. Querido (2015).

<sup>16</sup> “O ceticismo machadiano só passou a ser entendido como acuidade histórica depois de 64” (Schwarz, 1999, p.235). Na mesma toada, para Schwarz, o pós-64 revelou a ingenuidade do arranjo positivador efetuado por Oswald de Andrade entre o “moderno-de-província”, o “moderníssimo” e o “arcaico”, condensando-os

como o Brasil, onde esta significou, durante muito tempo, o principal instrumento de revelação da experiência nacional. À diferença da situação europeia, na qual o ensaísmo de esquerda ancorava-se na presença de uma teoria social avançada, “no contexto brasileiro, pobre em reflexão crítica sobre a sociedade, o rendimento extraliterário dessa potência de revelação das formas oferece campo e tem oportunidade excepcional”, como diz ele no ensaio “Adequação nacional e originalidade crítica” (Schwarz, 1999, p.44). No Brasil, sustenta Schwarz, não sem certa ironia polêmica, em texto sobre seu livro *Dois meninas*: “a boa literatura brasileira é mais adiantada ou mais diferenciada do que os nossos historiadores e sociólogos” (Schwarz, 1999, p.232).

Na obra de um autor como Machado de Assis, por exemplo, a “constelação” resultante da articulação tipicamente brasileira entre herança colonial e racionalidade burguesa apresentar-se-ia de forma muito mais problematizada do que nos esquemas de grandes “cientistas sociais” (no sentido amplo) como Gilberto Freire e/ou mesmo Caio Prado Jr., o primeiro assentado na valorização saudosista da molécula patriarcal, o segundo numa perspectiva abstratamente “progressista” do desenvolvimento nacional (Schwarz, 1999, p.232, 233). O “*mix*” machadiano, estando além das construções sociológicas correntes, demandaria, conforme afirmou o autor em entrevista de 2008 concedida a Lília Schwarcz e André Botelho, uma “sociologia nova, para a qual a crítica literária seria um indicador-chave” (2008, p.157). Nesse sentido, uma vez que a figuração literária constitui um modo substantivo de pensamento, a “historiografia de sua própria época”, para parafrasear Adorno, caberia à crítica dialética “reconstruir” o modo pelo qual a experiência histórico-social do país é engendrada “objetivamente” na configuração estética da obra, de forma que a análise literária seja ela mesma, embora mediatizada pela autonomia relativa da arte, uma interpretação intelectual da realidade brasileira<sup>17</sup>.

Desta perspectiva, em meio às revelações histórico-sociais particulares que apenas a literatura seria capaz de proporcionar, e as quais cabe ao crítico aclarar, Schwarz logrou – conforme a hipótese aqui esboçada - elaborar, já a partir de meados da década de 1970,

---

numa “visão encantada do Brasil” - um arranjo cujos impasses teriam sido reativados pelos tropicalistas. Machado constitui, de fato, no âmbito da cultura nacional, o grande mestre da “dialética negativa” analiticamente mobilizada por Schwarz.

<sup>17</sup> Mais do que simples interpretação da obra, a crítica assume, em Schwarz, uma dimensão de “complementação” - quando não de “reescrita” em chave estética e extraestética - do material analisado, lembrando a concepção de crítica de arte do romantismo alemão, tal qual esta aparece no estudo de Walter Benjamin (2002) sobre o tema.

uma visão crítica em relação não apenas ao desenvolvimentismo “dualista” do ISEB ou da CEPAL, ou ainda ao “etapismo” linear do PCB, mas também às concepções “modernizadoras” que, embora de forma mais sofisticada, pautaram a orientação geral dos trabalhos oriundos do “seminário Marx”. Conforme Schwarz diria no seu ensaio/conferência sobre o seminário (1994), num momento em que já havia incorporado a análise de Robert Kurz sobre o “colapso da modernização” (1991), também para estes autores, que se destacaram pela oposição intelectual e, depois, política, aos próceres do nacional-desenvolvimentismo - acusando-os de não darem a devida atenção às relações e à inserção subordinada do Brasil ao circuito global de reprodução do capitalismo -, “o foco estava nos impasses da industrialização brasileira, que podiam até empurrar na direção de uma ruptura socialista, mas não levavam à crítica aprofundada da sociedade que o capitalismo criou e de que aqueles impasses faziam parte” (Schwarz, 1999, p.104).

Também para os “seminaristas”, ainda que contribuíssem para a crítica às “ilusões de uma concepção linear do progresso”, a questão decisiva era a superação “modernizadora” do atraso, para o que era necessário identificar os “obstáculos” (como diria Florestan Fernandes) à emergência de uma ordem social moderna no país, engajados que estavam em encontrar solução para o país, “*pois o Brasil [tinha] que ter saída*” (Schwarz, 1999, p.94, 104 – grifos do original). Isso explicaria, aos olhos de Schwarz, o pouco interesse desses autores pela crítica marxista da lógica fetichista do processo de produção de mercadoria numa sociedade capitalista, lógica cuja barbárie não poupa sequer os países centrais tomados como modelos. Se assim não fosse, eles teriam compreendido o subdesenvolvimento não apenas como consequência de relação subordinada aos países desenvolvidos, senão também como momento específico de um sistema global cuja lógica da mercadoria se encontra na base da “produção e normalização da barbárie” - tarefa que, se bem realizada, teria “alcance histórico-mundial, capaz de sustentar, suponhamos, algo como as *Minima moralia* referentes ao que é sem dúvida uma das feições-chave do destino contemporâneo” (Schwarz, 1999, p.104).

Para Schwarz, em particular após a experiência da ditadura e, nas décadas seguintes, com a emergência da mundialização capitalista, que jogava por terra as apostas nas brechas da modernização, fazia-se necessário enfrentar, “na plenitude complicada e contraditória de suas dimensões presentes, que são transnacionais”, as relações de “definição e implicação recíproca entre atraso, progresso e produção de mercadorias,



termos e realidades que se tem de entender como a precariedade e a crítica uns dos outros, sem o que a ratoeira não se desarma” (1999, p.105). Tarefa que, à diferença dos seus professores da época do “seminário”, o próprio Schwarz teria buscado cumprir, incorporando desde muito jovem as reflexões da “tradição contraditória”, como ela a denominou, composta pelos “marxistas ocidentais” Adorno, Lukács, Benjamin e Brecht.

Por meio destes autores, o intelectual brasileiro atinou desde muito jovem, e de forma pioneira, com a necessidade da retomada da crítica de Marx do fetichismo da mercadoria, vista como essencial para a desconstrução crítico-negativa do “discurso filosófico da modernidade” tal como ele se manifestava, na periferia do capitalismo, através das ideologias (dualistas, desenvolvimentistas etc.) da modernização. Nesse contexto, a incorporação da reflexão de Robert Kurz na virada para os anos 1990 serviu a Schwarz como estímulo para a atualização do legado dialético-negativo dos frankfurtianos, ao passo que lhe permitiu revalidar, por assim dizer, o diagnóstico machadiano da passagem truncada e plena de rodeios e repetições do Brasil à modernidade, agora na forma de um “colapso” mais geral da modernização, que teria então progredido da periferia para o centro, como se estivéssemos desde sempre estado na “vanguarda da desintegração” (Cf. Arantes, 1996, p.133). Este o nosso “fim de século”, no âmbito da “terceira revolução industrial”, quando se torna claro que “o processo de modernização, com dinamismo próprio, longo no tempo, não se completou e provou ser ilusório” (Schwarz, 1999, p.158), resultando no que Francisco de Oliveira denominou, quase à mesma época, como o “ornitorrinco”, esse “bicho que não é isso nem aquilo” e que, por isso mesmo, pode ser tomado como uma espécie de alegoria do Brasil da passagem para o século XXI<sup>18</sup>.

### **Da crítica literária à reflexão social e vice-versa**

Nesse percurso, ressalta-se desde os seus primórdios a relevância fundamental de Antonio Candido. Foi o crítico/sociólogo paulista quem lhe forneceu uma base a partir da qual Schwarz pôde aquilatar a incorporação, na reversibilidade entre análise literária e

---

<sup>18</sup> O próprio Schwarz analisou o impacto dessa desagregação das possibilidades democráticas e integradoras da modernização nas manifestações culturais do que poderíamos denominar como o modernismo à brasileira. Ver, para um exemplo bem recente, seu longo texto sobre Caetano Veloso, “*Verdade tropical: um percurso de nosso tempo*”, incluído em *Martinha versus Lucrecia* (2012). Em chave mais “universal”, diagnóstico semelhante sobre o declínio do modernismo (que, como sugerem Jameson ou Perry Anderson, floresce na esteira da modernização) pode ser encontrado em seu ensaio sobre Brecht.

crítica social, das demais referências e inspirações do seu projeto intelectual. À luz da importância que a literatura sempre representou para a compreensão da formação nacional, Candido encontra-se no centro da empreitada intelectual de Roberto Schwarz - ainda que a ele esta não se restrinja, em especial na sua perspectiva político-ideológica. Assim, por exemplo, quando colocado ao lado dos “marxistas ocidentais”, ao mesmo tempo em que corrobora as vicissitudes da articulação entre análise literária e reflexão social, Candido serve-lhe como antídoto à possível recaída numa tentativa de aplicação abstrata, mecânica, “fora do lugar”, de elaborações - como aquelas de Adorno, Benjamin, Brecht ou Lukács - produzidas em outros contextos históricos e geográficos, no “centro” do sistema. Os autores europeus são, portanto, visualizados antes de tudo como termos diferenciais, cujos procedimentos analíticos devem ser necessariamente transfigurados à luz do desenvolvimento muito mais complexo do romance em uma formação social bastante distinta: a brasileira (RICUPERO, 2013, p.526). Com isso, simultaneamente, Roberto Schwarz colocava em marcha uma das características fundamentais da crítica da literatura e, por conseguinte, da realidade social brasileira, a saber: a articulação permanente entre a particularidade nacional de um país da “periferia” e o movimento global do capitalismo, ou, em termos especificamente literários, entre matéria brasileira e forma europeia.

Diante dos trabalhos sobre aspectos da realidade histórico-social brasileira tributários da escola paulista de sociologia e/ou do seminário, por sua vez - trabalhos que lhe ajudaram na especificação da periferia na sua articulação ao movimento do capitalismo internacional -, Candido indica-lhe um caminho pelo qual se poderia evitar a recaída numa abordagem “sociologista”, incapaz de apreender as nuances histórico-sociais que, num país como o Brasil, onde o pensamento social é relativamente tardio, apenas a literatura logrou revelar. Em Candido, Schwarz entrevê um tratamento refinado da “reversibilidade” entre análise literária e crítica social, ancorada numa noção de “forma” que, tal como ele demonstra no ensaio “Adequação nacional e originalidade crítica”, constitui uma mediação para a compreensão dialética simultânea das dimensões literárias e extraliterárias (quer dizer, histórico-sociais), ou seja, que seja capaz de “pautar tanto um romance como uma fórmula insultuosa, um movimento político ou uma reflexão teórica, *passíveis de confronto através da reconstrução daquela condição prática mediadora*” (SCHWARZ, 1999, p.30). Trata-se de uma “forma objetiva” que - desenvolvida, no plano teórico, na *Teoria Estética* de Adorno - procura dar conta da articulação heterogênea de relações histórico-sociais,

“que faz da historicidade, a ser decifrada pela crítica, a substância mesma das obras” (SCHWARZ, 1999, p.30): as consistências ou inconsistências formais destas últimas são portadoras da “historiografia inconsciente” do tempo (SCHWARZ, 2012, p.46), indicando uma pluralidade de relações miméticas possíveis entre o romance e a realidade. Mesmo porque, no limite, a realidade social “extraliterária” não constitui um elemento “externo”, cujas grandes linhas as obras ilustrariam, mas sim um aspecto “internalizado” pela própria operação de “formalização estética”, de modo que o vínculo entre forma artística e história social deve ser analisado caso a caso pela crítica, a fim de revelar a experiência social modelada pelo escritor.

Antonio Candido foi assim responsável pelo primeiro impulso tomado por Schwarz na direção de uma modalidade específica de crítica literária, socialmente atenta, a partir da qual ele lograria estabelecer uma perspectiva original sobre o processo de modernização e de formação da sociedade brasileira. Articulando-se às outras influências que comporiam seu repertório intelectual (a “tradição contraditória” dos “marxistas ocidentais” Lukács, Adorno, Benjamin e Brecht, e, em menor medida, o procedimento expositivo de Erich Auerbach, além da “sociologia paulista”), Candido constitui uma referência inescapável no percurso intelectual de Roberto Schwarz, tanto quanto Florestan Fernandes no de alguns dos seus jovens professores como Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. Em Schwarz, é este itinerário intelectual singular que explica, em grande medida, os rumos tomados por sua obra, cuja “sociologia da literatura” *sui generis*<sup>19</sup>, assentada na *reversibilidade* dialética permanente entre análise literária e crítica social, nos lega um repertório para o diagnóstico não apenas do passado, senão também do presente “nacional”, enquanto momento (ainda) periférico da reprodução do capitalismo internacional. Afinal de contas, como disse certa vez o próprio Schwarz, sob inspiração benjaminiana, “as perguntas que dirigimos ao passado têm [sempre] fundamento no presente”.

---

<sup>19</sup> Para Leopoldo Waizbort (2002, p.169, 170), as análises de Schwarz dos romances de Machado revelam a persistência do sociólogo – “fora dos departamentos costumeiros da disciplina e tratando de tema visto como marginal e mais fraco” -, por certo responsável por uma outra sociologia, que não por acaso exige “reconfiguração dos parâmetros naturalizados”; mas em todo caso sociologia, ou melhor, “sociologia da literatura” fundada, entre outras perspectivas, em apropriação inventiva da teoria lukacsiana do realismo e, poder-se-ia acrescentar, tão ou mais importante, nas sugestões metodológicas implicadas na concepção adorniana da “forma objetiva” e da “crítica imanente”.

## **Bibliografia**

ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. In: *Notas de Literatura I*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2003.

\_\_\_\_\_. *Teoria Estética*. Lisboa: Edições 70, 1982.

ALAMBERT, Francisco. Lugar da dialética, dialética do lugar: três notas sobre filiações, fidelidades e afinidades na formação intelectual de Roberto Schwarz. In: LOUREIRO, Isabel e MUSSE, Ricardo (orgs.). *Capítulos do marxismo ocidental*. São Paulo: Ed. Unesp/Fapesp, 1998, pp.229-247.

ARANTES, Paulo. *O Fio da Meada. Uma conversa e quatro entrevistas sobre filosofia e vida nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antônio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BASTOS, Élide Rugai. Pensamento Social da escola sociológica paulista. In: MICELI, Sergio (org.), *O que ler na ciência social brasileira 1970-2002*. Vol.4. São Paulo: ANPOCS/Ed. Sumaré; Brasília: Capes, pp.183-232, 2002.

BASTOS, Élide Rugai & BOTELHO, André. Para uma sociologia dos intelectuais. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol.53, n.4, Rio de Janeiro, pp.889-919, 2010.

BOTELHO, André. Teoria e história na sociologia brasileira: a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco. In: *Lua Nova*, n.90, 2013, pp.331-366.

BENJAMIN, Walter. *O conceito de crítica de arte no romantismo alemão*. São Paulo: Iluminuras, 2002.

\_\_\_\_\_. *Paris, capitale du XIXe siècle*. Paris: Cerf, 1989.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.

CANDIDO, Antônio. Crítica e sociologia – Tentativa de esclarecimento. In: *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000, pp.5-16.

\_\_\_\_\_. Entrevista com Antonio Candido. In: *Trans/form/ação* (Unesp-Marília), n.1, pp.9-24.

\_\_\_\_\_. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.

\_\_\_\_\_. *O Método crítico de Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

\_\_\_\_\_. Sobre Roberto Schwarz. In: CEVASCO, M. E. & OHATA, M. *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, pp.13-17, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1972.

CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós Livraria, 1983.

\_\_\_\_\_. As ideias estão no lugar. In: *Cadernos de debate, I*, 1976, pp.61-64.

GIANOTTI, J. Artur. Entrevista. In: Paula Monteiro & Flávio Moura (orgs.). *Retrato de Grupo – 40 anos do CEBRAP*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

JAMESON, Fredric. *Marxismo e Forma. Teorias dialéticas da literatura no século XX*. São Paulo: Hucitec, 1985.

\_\_\_\_\_. *O inconsciente político. A narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Ática, 1992.

\_\_\_\_\_. *O marxismo tardio. Adorno, ou a persistência da dialética*. São Paulo: Ed. Unesp/Boitempo, 1997.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

LARSEN, Neil. Por que ninguém consegue entender Roberto Schwarz nos Estados Unidos? In: CEVASCO, M. E. & OHATA, M. *Um crítico na periferia do capitalismo*:

*reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp.18-21.

LÓPEZ, Silvia. Olhares periféricos: a teoria estética de Adorno no Brasil”. In: CEVASCO, M. E. & OHATA, M. *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp.22-32.

LUKÁCS, Georg. Narrar ou descrever? In: *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

MICELI, Sérgio, “O chão e as nuvens: ensaios de Roberto Schwarz entre arte e ciência”. In: CEVASCO, M. E. & OHATA, M. *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, pp.54-65, 2007.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica da Razão Dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. Um crítico na periferia do capitalismo. CEVASCO, M. E. & OHATA, M. *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, pp.149-152, 2007.

QUERIDO, Fabio M. “Colapso da modernização: Roberto Schwarz e a atualização da dialética à brasileira”. *Novos Estudos CEBRAP*, n.97, pp.227-233, nov.2013.

\_\_\_\_\_. Entre crítica literária e pensamento social: Roberto Schwarz e a modernidade à brasileira. *39º Encontro Anual da ANPOCS (GT – Pensamento Social no Brasil)*, Caxambu-MG, 2015.

\_\_\_\_\_. *Michael Löwy: marxismo e crítica da modernidade*. São Paulo: Boitempo/FAPESP, 2016.

\_\_\_\_\_. O colapso da modernização periférica: A fratura brasileira do capitalismo mundial. *Aurora (Unesp-Marília)*, n. 6, pp.79-88, 2010.

PALTI, Elías J. The problem of ‘misplaced ideas’ revisited. Beyond the history of ideas in Latin America. In: *Journal of the History of Ideas*, vol.67, n.1, 2006, pp.149-179.

PASCHOA, Airton. Ao escritor as batatas. In: CEVASCO, M. E. & OHATA, M. *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp.117-123.

PONTES, Heloísa. *Destinos Mistos. Os Críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940 – 1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RICUPERO, Bernardo. Da formação à forma. Ainda as “ideias fora do lugar”. *Lua Nova*, 73, São Paulo, pp. 59-69, 2008.

\_\_\_\_\_. O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. In: *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v.03-06, pp.525-556, 2013.

RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária como estrutura de sentimento. In: Brasilidade revolucionária. Um século de cultura e política*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

RODRIGUES, Lidiane Soares. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e “um seminário” (1958-1978)*. Tese de doutorado em História Social, USP, 2011.

SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas 30 anos: crítica da cultura e processo social. Entrevista concedida a André Botelho e Lília Schwarcz. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.67, pp.147-194, 2008.

\_\_\_\_\_. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas cidades; Editora 34, 2000 [1977].

\_\_\_\_\_. *A Sereia e o Desconfiado. Ensaios Críticos*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1965.

\_\_\_\_\_. Entrevista. In: Paula Monteiro & Flávio Moura (orgs.). *Retrato de Grupo – 40 anos do CEBRAP*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

\_\_\_\_\_. Entrevista a Gildo Marçal Brandão e O. C. Louzada Filho. In: *Encontros com a civilização brasileira*, n.15, 1979, pp.97-112.

\_\_\_\_\_. *Martinha versus Lucrecia. Ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. *Memorial para concurso de professor titular na Unicamp*. 1990 (Datilografado).

\_\_\_\_\_. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1978].

\_\_\_\_\_. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. *Sequências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000b [1990].

SUSSEKIND, Flora. Ou não? – Reflexões parciais sobre a crítica de Davi Arrigucci e Roberto Schwarz. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n.20, 1988, pp.96-109.

WAIZBORT, Leopoldo. *A passagem do três ao um: crítica literária, sociologia, filologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

\_\_\_\_\_. Influências e Invenção na Sociologia Brasileira (Desiguais porém combinados). In: MICELI, Sergio (org.), *O que ler na ciência social brasileira 1970-2002*. Vol.4. São Paulo: ANPOCS/Ed. Sumaré; Brasília: Capes, pp.85-174, 2002.